



**A linguagem de líderes políticos:
uma abordagem etnográfica**

*The language of political leaders:
an ethnographic approach*

Edivanildo Flauberte Correia de Afonso¹

RESUMO: Cada vez mais, domínios sociais tradicionalmente reservados a apenas uma parcela da população têm estado abertos à participação de uma diversidade de sujeitos. O domínio político é exemplar nesse sentido. Por uma série de razões, cargos tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo têm sido ocupados não somente por indivíduos oriundos de culturas urbanas, onde há um predomínio de práticas e eventos de letramento, mas também de culturas rurais, onde essas práticas e eventos não são tão frequentes – ou mesmo desse entremeio. Utilizando-se de pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, especificamente da abordagem denominada Etnografia da Comunicação, analisa-se, neste artigo, a competência comunicativa do heterogêneo conjunto de vereadores da Câmara Municipal de São Domingos – BA, com foco em suas habilidades de variação estilística. Além disso, observa-se também a relação existente entre as características socioculturais dos líderes políticos e seu desempenho linguístico na Sessão Ordinária, um evento de comunicação que exige um alto grau de monitoração estilística.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia; Competência Comunicativa; Variação Estilística.

ABSTRACT: Increasingly, social areas traditionally reserved for only a portion of the population have been open to participation by a variety of subjects. The political domain is exemplary in this regard. For a variety of reasons, positions of both the legislature as the Executive have been busy not only for individuals from urban cultures where there is a predominance of practices and literacy events, but also of rural cultures where these practices and events are not so frequent - or even that between. Using theoretical and methodological assumptions of Sociolinguistics, specifically the so-called Ethnography of Communication approach, is analyzed in this article, the communicative competence of the heterogeneous group of councilors of the Municipality of São Domingos - BA, focusing on their varying skills stylistic. It also notes it is the relationship between the socio-cultural characteristics of political leaders and their linguistic performance in the Ordinary Session, a communication event that requires a high degree of stylistic monitoring.

KEYWORDS: Ethnography; Communicative Competence; Stylistic Variation.

1 Mestre do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens da UNEB - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus I, Salvador - BA; Especialista em Estudos Linguísticos pela UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduado em Letras Vernáculas pela UNEB - Campus XIV, Conceição do Coité - BA.



1. INTRODUÇÃO

Como um caso notadamente paradigmático, o domínio político do Poder Legislativo e tem uma relativamente recente abertura à heterogeneidade de seus integrantes. É preciso destacar, no entanto, que essa ampla possibilidade de participação política é acompanhada, por outro lado, de uma série de limitações de diversas ordens, que em sua grande maioria não são inscritas legalmente, mas, sobretudo, socialmente. Espera-se, por exemplo, que os líderes políticos tenham habilidades mínimas de leitura e escrita que lhe permitam lidar com as leis e documentos concernentes ao seu cargo; que eles tenham a habilidade de falar em público e de articular um discurso apropriado, enfim, que ele apresente a competência comunicativa que sua função política exige.

Levando em conta a expressiva heterogeneidade de sujeitos que compõem o Poder Legislativo Municipal por todo o país, das pequenas às grandes cidades, considera-se que a Câmara Municipal de Vereadores pode mesmo ser um ambiente representativo da combinação e interação de sujeitos com diferentes origens socioculturais submetidos a um conjunto único e peculiar de regras culturais, interacionais e linguísticas. Partindo dessa premissa, a pesquisa que resultou neste trabalho teve, entre seus objetivos, os seguintes: analisar a competência comunicativa de sujeitos de diferentes origens socioculturais quando do desempenho do papel de líderes políticos no Poder Legislativo Municipal, com foco na habilidade de variação estilística; bem como verificar a relação existente entre as diferentes origens socioculturais dos participantes da Sessão Ordinária da Câmara e seu desempenho linguístico. Um trabalho empreendido com base nos pressupostos teórico- metodológicos da vertente da Sociolinguística denominada de Etnografia da Comunicação.

2. COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Na teoria gerativo-transformacional, Chomsky (1965) propõe uma dicotomia entre competência e desempenho (*performance*). A competência linguística, segundo ele, consiste no conhecimento tácito que os falantes têm da estrutura da língua e que lhe permite produzir e compreender um número infinito de sentenças e, inclusive, reconhecer as sentenças gramaticalmente bem formadas. O desempenho linguístico (*performance*), por sua vez, consiste no uso real da língua em situações concretas.

Em sua crítica à teoria chomskiana, Hymes (1972) argumenta que o conceito de competência linguística, em sua relação com o de desempenho, deixa de considerar questões



importantes como a variação da língua e, por conseguinte, seu significado sociocultural, sob a alegação de que para uma teoria mentalista da língua esses aspectos não seriam relevantes. Desse modo, ele propõe o conceito de competência comunicativa, que, em seu ponto de vista, abrange, além do conhecimento gramatical, outros conhecimentos que na teoria de Chomsky eram agrupados no conceito de desempenho, como é o caso da viabilidade e da adequação, entre outros. Assim, como bem resume Gumperz (1972), enquanto a competência linguística cobre a habilidade dos falantes de produzir sentenças gramaticalmente corretas, a competência comunicativa descreve sua habilidade para selecionar, de uma totalidade de expressões disponíveis para ele, formas que reflitam apropriadamente as normas sociais que governam o comportamento em encontros específicos.

Para esclarecer quais conhecimentos compartilhados estão envolvidos em uma comunicação apropriada, Saville-Troike (2003) apresenta uma lista que inclui habilidades linguísticas, interacionais e culturais, e que pode, inclusive, ser levada em conta ao se descrever e explicar adequadamente a competência comunicativa de determinado falante:

1. Conhecimento linguístico:

- a) Elementos verbais;
- b) Elementos não verbais;
- c) Padrões dos elementos em eventos de fala específicos;
- d) Conjunto de possíveis variantes (em todos os seus elementos e sua organização);
- e) Significado das variantes em situações específicas.

2. Habilidades interacionais:

- a) Percepção das características relevantes das situações comunicativas;
- b) Seleção e interpretação das formas apropriadas a situações específicas, a papéis sociais específicos e a relações específicas (regras para o uso da fala);
- c) Organização discursiva e processos discursivos;
- d) Normas de interação e interpretação;
- e) Estratégias para se alcançar objetivos.

3. Conhecimento cultural:

- a) Estrutura social (*status*, poder, direitos de fala);



- b) Valores e atitudes;
- c) Esquemas cognitivos;
- d) Processos de enculturação (transmissão de conhecimentos e habilidades).

É preciso destacar que na perspectiva da Etnografia da Comunicação todos os itens listados acima como componentes da competência comunicativa referem-se em geral a conhecimentos e habilidades compartilhados por uma comunidade de fala. Cada membro de determinada comunidade normalmente exibe níveis variáveis de cada um desses itens e isso é um definidor de sua competência comunicativa individual. Assim, uma vez que um indivíduo geralmente não é membro de apenas uma comunidade e que cada comunidade estabelece seu próprio conjunto de regras sociais e comunicativas, essa competência comunicativa em nível individual se apresentará em graus diferentes a depender da comunidade de fala na qual ele esteja inserido em dado momento. Isso estará refletido, portanto, no conhecimento linguístico que o falante será capaz de selecionar e satisfatoriamente utilizar, nas habilidades de interação que ele estará apto a empregar, bem como nos aspectos do conhecimento cultural que ele será capaz de ativar. Assim, como afirma Saville-Troike (2003), o que um indivíduo precisa realmente saber e quais habilidades ele necessitará dependerá sempre do contexto social dentro do qual ele esteja usando a língua e para quais propósitos estejam direcionados esses usos.

3. MONITORAÇÃO ESTILÍSTICA E OS ESTADOS DE SEGURANÇA E INSEGURANÇA LINGUÍSTICA

Com vistas a apreender, de modo sistemático, a situação sociolinguística do português brasileiro, Bortoni-Ricardo (2006, 2009) elabora um modelo de análise que relaciona a heterogeneidade linguística brasileira com fatores estruturais e com fatores funcionais. Para tanto, a autora adota um instrumental que acomoda a variação linguística em três contínuos, a saber: um de *urbanização*, por meio do qual se analisa os atributos socioecológicos dos falantes; outro de *oralidade-letramento*, por meio do qual se analisa as práticas sociais em que o falante se insere; e outro de *monitoração estilística*, por meio do qual se analisa, entre outras questões, os processos cognitivos de atenção e planejamento quando da enunciação.

O contínuo de monitoração estilística, especificamente, é usado para situar as interações conforme elas sejam mais monitoradas ou menos monitoradas. A localização das interações em dado ponto desse contínuo – se mais próximas do pólo de mais monitoração ou



do pólo de menos monitoração – deve considerar, segundo Bortoni-Ricardo (2006), o grau de pressão comunicativa incidente sobre o falante. De acordo com a autora, são vários os fatores que podem determinar o grau de pressão comunicativa e, por conseguinte, o grau de atenção e planejamento conferidos pelo falante à sua produção verbal. A acomodação do falante a seu interlocutor é tida com um dos fatores mais importantes, dividindo espaço também com mais outros três, a saber: o apoio contextual na produção dos enunciados, a complexidade cognitiva envolvida na produção linguística e a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida.

Por esse viés, em situações de comunicação onde a pressão comunicativa esteja presente e, portanto, haja a exigência do uso de estilos mais monitorados da língua, será o conhecimento da norma e não apenas o seu reconhecimento o que garantirá ao falante um desempenho linguístico marcado pela eficiência e segurança. A questão, no entanto, é que, dependendo dos atributos socioculturais do indivíduo, bem como de seu grau de inserção na cultura de letramento, o que lhe resta é somente o reconhecimento da norma, ou seja, o conhecimento da sua existência, mas não necessariamente o seu domínio. Em tais condições, a produção verbal do indivíduo pode mesmo ser marcada por uma considerável insegurança linguística.

Esses dois estados aos quais um falante pode estar submetido quando em situação de pressão comunicativa - a segurança e a insegurança linguísticas - são assim explicados por Calvet:

Fala-se de segurança linguística quando, por razões sociais variadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram sua norma a norma. Ao contrário, há insegurança linguística quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam. (CALVET, 2002, p. 72)

Ao discutir essa questão, Bourdieu (1994, p. 177) enfatiza que “é nas camadas superiores das classes populares e na pequena burguesia que a insegurança e, correlativamente, o alto grau de vigilância e censura atingem seu máximo.” Como resultado de uma grande flutuação estilística, de uma hipersensibilidade às formas estigmatizadas usadas por eles mesmos, esses falantes a que se refere Bourdieu acabam por recorrer ao fenômeno denominado hipercorreção linguística, que é assim descrito por Bagno:

Reconhecendo em seus próprios hábitos linguísticos formas que sofrem estigmatização por parte dos mais letrados e, para reagir a essa estigmatização, se apoderando de formas linguísticas que não pertencem à



sua variedade específica, os falantes das camadas médias baixas passam a empregar essas formas “importadas” com maior frequência até que os falantes das camadas médias altas e altas. E, nesse aumento de frequência de uso, aplicam a regra recém-adquirida em contextos onde ela não se aplicaria, segundo a gramática normativa e/ou a gramática da variedade de maior prestígio. (BAGNO, 2012, p. 954).

Decorrente, portanto, de uma hipótese errada que o falante realiza na tentativa de ajustar-se à norma-padrão, a hipercorreção linguística, como assevera Calvet (2002), ocorre em duas situações: quando o falante quer fazer crer que domina a língua legítima ou quando ele quer fazer apagar a própria origem.

4. METODOLOGIA

A pesquisa etnográfica propriamente dita – através dos métodos de observação e de entrevista semiestruturada - foi realizada em duas comunidades de fala de tamanhos e características diferentes, porém sobrepostas, imbricadas. Considerando conceituações de comunidade de fala como as propostas por Gumperz (1968) e Saviile-Troike (2003) – resumidamente, agregado humano cuja interação se baseia numa série de conhecimentos compartilhados, entre os quais o uso da língua – foi feito um recorte de uma comunidade de fala maior, a cidade de São Domingos – BA, e uma menor, a Câmara Municipal.

Como uma unidade social, São Domingos é uma pequena cidade localizada no nordeste baiano, na região do semiárido. A 234 km da capital do estado, Salvador. Ela possui, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, uma população de 9.226 habitantes, dos quais 35,9% têm residência rural e 64,1% residência urbana. A cidade, que se emancipou politicamente em 1989, possui, além da sede, um distrito e cinco povoados.

Como situação de comunicação – tomada como unidade de interação que abriga eventos de comunicação e também de outros tipos – a Câmara Municipal tem suas próprias regras e características. Sendo uma situação comunicativa, ela é constituída pelo Plenário, que são os vereadores em exercício reunidos em local, forma e número legal para deliberar. O Plenário da Câmara Municipal é, por sua vez, composto de uma série de papéis sociais que podem ser desempenhados pelos seus membros, tanto papéis permanentes, quanto temporários.

Entre os eventos de comunicação que se desenvolvem na Câmara Municipal, escolheu-se para observação a Sessão Ordinária, que possui fronteiras claramente definidas e uma configuração de seus elementos relativamente previsível.

Apesar de terem em comum o fato de serem todos são-dominguenses, cada um dos participantes do evento comunicativo Sessão Ordinária da Câmara Municipal possui características socioculturais peculiares, o que, aliás, só atesta o caráter heterogêneo desse evento. Utilizando-se das informações mais objetivas, pôde-se chegar, em relação aos vereadores, ao seguinte quadro:

Quadro 1: Informações sobre os vereadores

Vereador	Escolaridade	Origem Geográfica
ACF	Ensino Fundamental Completo	Rurbano
EFL	Ensino Fundamental Completo	Rurbano
EMD	Ensino Fundamental Incompleto	Rurbano
EOC	Ensino Fundamental Incompleto	Rurbano
GAC	Ensino Médio Completo	Rurbano
FLSF	Ensino Médio Completo	Rurbano
AJRN	Ensino Médio Completo	Urbano
GVSA	Ensino Superior Completo	Urbano
WFRC	Ensino Superior Incompleto	Urbano

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. O ESTILO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

O fato de predominar uma oralidade letrada na Sessão Ordinária – o que é, em grande medida, uma influência dos gêneros que ali circulam – já dá grandes sinais de qual seja a variedade e o estilo da língua a serem considerados, nesse evento, como adequados. Além disso, a análise de outros elementos como o tom emocional e as normas de interação e interpretação também ajudam a construir uma ideia do que se configura como adequação linguística para o evento.

Os quatro fatores sugeridos por Bortoni-Ricardo (2006) como relevantes para se aferir o grau de pressão ou estresse comunicativo sobre o falante foram identificados no evento Sessão Ordinária numa configuração capaz de influenciar fortemente o processo de monitoração estilística. Para se acomodar ao seu tipo de audiência, os vereadores precisam monitorar o seu estilo. Para se adequar ao contexto sociocultural e sociocognitivo da Câmara Municipal, as produções verbais dos vereadores têm pequeno apoio contextual, razão pela qual precisam ser mais monitoradas. Alguns atos comunicativos que os vereadores precisam realizar, em especial os discursos em tribuna, envolvem grande complexidade cognitiva, o que faz surgir a necessidade de eles se monitorarem estilisticamente. Em razão da pequena ou



grande familiaridade que tenham com as rotinas linguísticas necessárias ao longo da sessão, os vereadores também terão que monitorar o seu estilo. Sendo assim, não resta dúvida de que, sendo a Sessão Ordinária um evento de alto grau de pressão comunicativa, seja uma de suas características proeminentes a grande demanda por monitoração estilística.

O modo como os participantes da Sessão Ordinária da Câmara atende a essa demanda que o evento faz por monitoração estilística tem relação direta com a competência comunicativa de cada um. Para o caso específico do evento em análise, as formas consideradas apropriadas seriam, como já observado, as da variedade de prestígio, cujo acesso para a maioria da população ainda é limitado, por uma série de razões.

A precisão de qual comportamento linguístico-comunicativo é tido como apropriado para determinado evento de comunicação é essencial na análise da competência comunicativa de um indivíduo. Além do que é apropriado, Hymes (1972) propõe ainda a observação do que é formalmente possível, do que é viável e do que é de fato realizado. Nesse trabalho, o interesse recai sobre as noções de *adequação* e de *viabilidade*. Na aplicação desse último conceito, observa-se, além de fatores como recursos perceptuais e limitação da memória, um outro, proposto por Bortoni-Ricardo (2006): o conjunto de recursos linguísticos à disposição dos falantes. Nesse sentido, segundo a autora, “se um falante não tiver acesso a recursos linguísticos necessários para a implementação de um certo ato de fala, como, por exemplo, vocabulário ou padrões retóricos específicos, seu ato de fala se torna inviável” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 62).

Interessa aqui, portanto, verificar como um grupo heterogêneo de líderes políticos viabilizam atos comunicativos num evento que exige o uso da variedade urbana culta e, ao mesmo tempo, alto grau de monitoração estilística. Observando o comportamento linguístico-comunicativo de fato realizado, foi possível categorizar os participantes do evento em dois grupos: um no qual a equação adequação-viabilidade se mostra incompleta, como consequência da insegurança linguística exibida pelos seus integrantes; e outro, no qual essa equação pode ser considerada completa, graças à segurança linguística que seus integrantes exibem. Dados representativos de ambos são a seguir analisados.

6. O ESTILO DOS LÍDERES POLÍTICOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

Os quatro fatores sugeridos por Bortoni-Ricardo (2006) como relevantes para se aferir o grau de pressão ou estresse comunicativo sobre o falante foram identificados, no evento Sessão Ordinária, numa configuração capaz de influenciar fortemente o processo de



monitoração estilística. Para se acomodar ao seu tipo de audiência, os vereadores precisam monitorar o seu estilo. Para se adequar ao contexto sociocultural e sociocognitivo da Câmara Municipal, as produções verbais dos vereadores têm pequeno apoio contextual, razão pela qual precisam ser mais monitoradas. Alguns atos comunicativos que os vereadores precisam realizar, em especial os discursos em tribuna, envolvem grande complexidade cognitiva, o que faz surgir a necessidade de eles se monitorarem estilisticamente. Em razão da pequena ou grande familiaridade que tenham com as rotinas linguísticas necessárias ao longo da sessão, os vereadores também terão que monitorar o seu estilo. Sendo assim, não resta dúvida de que, sendo a Sessão Ordinária um evento de alto grau de pressão comunicativa, seja uma de suas características proeminentes a grande demanda por monitoração estilística.

O modo como os participantes da Sessão Ordinária da Câmara atende a essa demanda que o evento faz por monitoração estilística tem relação direta com a competência comunicativa de cada um. Para o caso específico do evento observado, as formas consideradas apropriadas seriam as da variedade de prestígio, cujo acesso para a maioria da população ainda é limitado, por uma série de razões.

Observando o comportamento linguístico-comunicativo de fato realizado, foi possível categorizar os participantes do evento em dois grupos: um no qual a equação adequação-viabilidade se mostra incompleta, como consequência da insegurança linguística exibida pelos seus integrantes; e outro, no qual essa equação pode ser considerada completa, graças à segurança linguística que seus integrantes exibem. Dados representativos de ambos são a seguir analisados.

7. INSEGURANÇA LINGUÍSTICA, ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE

Para parte dos vereadores da Câmara Municipal de São Domingos (ACF, EFL, EMD, EOC, FLSF e GVSA), viabilizar os atos comunicativos ao longo da Sessão Ordinária parece não ser uma tarefa tão simples. Por um lado eles conseguem se moldar às certas exigências linguístico-comunicativas do seu papel social; por outro lado, no entanto, como falantes de variedades populares do português e aparentemente com acesso limitado às regras da norma culta, esses seis líderes demonstram ser afetados por uma considerável dose de insegurança linguística. Assim, na tentativa de viabilização de uma produção verbal oral adequada ao evento comunicativo, eles lançam mão de dois notórios recursos: a combinação de estilos, de modo a usar recursos linguísticos de sua variedade vernacular no lugar de recursos da norma culta sobre os quais não têm domínio; e o uso de hipercorreções, de modo a tentar se



aproximar ao máximo das regras da norma de prestígio, usando regras imperfeitamente aprendidas.

7.1 O USO DE REGRAS LINGUÍSTICAS DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS POPULAR

Algumas regras linguísticas características de variedades do português popular brasileiro (entre as quais se incluem as variedades rurais e rurbanas) são recorrentes no estilo monitorado dos seis vereadores que integram esse grupo marcado pela insegurança linguística e pelo acesso limitado às regras da variedade culta em seu estilo monitorado. Entre todo o conjunto de regras utilizadas com frequência considerável por esses líderes políticos, destaque-se a concordância verbo-nominal, que é uma regra variável bem reveladora da heterogeneidade do português brasileiro.

De modo geral, o português brasileiro é caracterizado pela simplificação dos paradigmas flexionais verbais, fenômeno morfofonêmico e morfossintático que, de acordo com Mattos e Silva (2002), tem relação sintática e semântica com a seleção do pronome sujeito. Segundo a autora, convivem no Brasil, quatro paradigmas de conjugação verbal, que podem ser assim representados, a partir do verbo *votar* no presente do indicativo:

1º - Eu voto; Tu votas; Ele/Ela vota; Nós votamos; Vós votais; Eles/Elas votam;

2º - Eu voto; Você/Ele/Ela vota; Nós votamos; Vocês/Eles/Elas votam;

3º - Eu voto; Você/Ele/Ela/A gente vota; Vocês/Eles/Elas votam

4º - Eu voto; Você/Ele/Ela/Vocês/Eles/Elas/A gente/Nós vota.

Na condição de falantes de uma variedade do português popular brasileiro, os vereadores desse grupo empregam com considerável frequência no seu discurso monitorado durante a Sessão Ordinária formas verbais próprias dos últimos paradigmas apresentados. No caso das 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural, nota-se a preferência pela aplicação de determinadas regras de concordância verbal. Quando o sujeito de 1ª pessoa do plural é expresso, por exemplo, por *a gente*, verifica-se que eles alternam entre a forma não marcada do verbo – que é também comum em outros paradigmas – e a forma com a marca desinencial de número-pessoal, que, por sua vez, também ocorre com a supressão do /s/ da desinência (/mus/ > /mu/):

(1) ACF: (...) tamos preocupado é com essas obra inacabada, que dinheiro vem, dinheiro vem e ninguém vê terminar as obra... então a gente vamos se incomodar a vida toda... num vamos deixar de



bater na tecla... nessa tecla nunca na vida, enquanto num terminar as obra a gente temos que bater. Um boa noite a todos.

(2) EFL: (...) Já pedi aqui nessa tribuna que:: o secretário de transporte fizesse umas visita nos distrito, nos povoado e que priorizasse aquelas localidade onde se pega os aluno e traz pras nossa cidade, e precisa sim ser feita, que a gente estamos aqui é pra cobrar, mas a gente tamo sim pra fiscalizar, porque a gente tem que saber que a nossa função aqui é fiscalizar e legislar e é por isso que eu quero pedir ao secretário que reveja essa situação (...)

Com a 2ª pessoa do plural, a concordância adotada com frequência por esse grupo de líderes políticos mostrou-se também variando entre as opções dos paradigmas de conjugação verbal próprios das variedades populares. Desse modo, tem-se a combinação do pronome *vocês* ou com uma forma verbal sem desinência número-pessoal ou com uma realização específica dessa desinência, em se tratando de determinados verbos, em determinados tempos verbais, como se vê nos trechos de fala abaixo, do vereador EFL, quando ele se dirige à população do município:

(3) EFL: (...) tenho certeza que vocês merece, que vocês precisa, porque eu tenho certeza que vocês merece sim um emprego digno... que venha a dar sustento à família de vocês... porque eu tenho certeza que essa preocupação dos vereadores aqui quer sim ver todos vocês trabalhando (...)

(4) EFL: (...) me recordo muito bem onde existe uma lei que aquele que vota merece se votado e qualquer um de vocês pode assumir aqui essa cadeira... então por que vocês não pode fazer uma prova do Reda com um nível onde vocês estudarão? (...)

No que se refere à concordância verbal com a 3ª pessoa do plural, há casos semelhantes ao que se observa para a 2ª pessoa do plural. Ora os verbos usados pelos vereadores não apresentam marcas desinenciais de pessoa e de número ora são aplicadas as regras de desnasalização e de monotongação aos ditongos que constituem as desinências número-pessoais de alguns verbos, o que se verifica independente de o sujeito ser expresso pronominalmente (eles/elas) ou por meio de um sintagma nominal equivalente. Nesse sentido, os excertos a seguir, de elocuições de alguns dos vereadores, são bem representativos:

(5) EMD: (...) Quero dizer que toda administração sempre tem algum problema e quero pedir a Deus que nos dê força a nós, dê força aos nosso adversário pra que eles veja de perto a nossa grande vitória e meu boa noite.

(6) ACF: (...) Senhor prefeei/... Senhor presidente, eu gostaria também, senhor presidente... eu gostaria de dizer... foi falado aqui há pouco nessa tribuna que os vereadores se incomoda, muitas vezes, de ver obra... Os colegas do PMDB não incomoda de ver obra não... Eu quero ver obra e mais obra em São Domingos (...)

7.2 O USO DE HIPERCORREÇÃO

Entre as hipercorreções identificadas como mais frequentes na produção verbal desse grupo de vereadores, pode-se destacar o emprego do relativo *o qual*. Do modo como é empregado, como se poderá verificar, esse relativo acaba não correspondendo aos usos da variedade urbana de prestígio, que se configura, nesse caso, como o modelo de referência.

Como um nítido índice de insegurança linguística, nos dados analisados, o pronome *o qual* (e suas flexões) é amplamente utilizado em uma grande variedade de funções, que geralmente diferem dos seus usos mais comuns na variedade de prestígio, qual sejam: “quando o verbo da oração adjetiva é transitivo indireto e seu complemento é recuperado pelo pronome relativo, combinado com preposição regida pelo verbo” (BAGNO, 2012, 969) e “para evitar ambiguidade quando existem dois antecedentes para um mesmo pronome relativo, caso em que se emprega *o qual* para indicar que o pronome se refere ao antecedente mais próximo” (BAGNO, 2009, 49-50). É preciso destacar, nesse ponto, que, mesmo nas variedades urbanas cultas, esses empregos de *o qual* são raros, estando reservados a interações mais formais e letradas. Na verdade, em muitas situações em que se usa *o qual*, também se poderia usar o relativo *que*, sem prejuízo nem sintático nem semântico nem de qualquer outro nível.

Entre os variados usos de *o qual* nas elocuições monitoradas desse grupo de vereadores, encontra-se ele sendo usado em funções sintáticas as mais diversas, menos na de objeto indireto.

No trecho de fala a seguir, por exemplo, o relativo *o qual* aparece sendo empregado equivocadamente na função de sujeito, mesmo não havendo nenhuma possibilidade de ambiguidade no contexto:

(7) GVSA: (...) Boa noite a todos... serei breve hoje... acredito que não há sessão melhor, pois estamos recebendo a graça conjunta, o qual estava fazendo muita falta (...)



Do mesmo modo, neste outro trecho, *o qual* desempenha desnecessariamente a função sintática de complemento nominal:

(8) EFL: (...) Senhor presidente, eu quero, neste momento, pedir... é:: ao secretário de obras, o qual já fiz uma indicação aqui... que revesse... é:: aquela... aquele... riacho que liga a rua Santo Antônio à Alcides Carneiro (...)

Do modo como é empregado, esse recurso, além de ser um fenômeno evidente de hipercorreção, é também a indicação de um domínio incompleto das convenções dos estilos orais mais monitorados.

8. SEGURANÇA LINGUÍSTICA, ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE

O estilo monitorado dos outros três vereadores (AJRN, GAC e WFRC) apresenta traços que revelam que os aspectos de adequação e viabilidade de suas competências comunicativas correspondem bem às exigências do evento comunicativo Sessão Ordinária da Câmara. Esse grupo de vereadores demonstrou dominar suficientemente não apenas os aspectos prosódicos e para-linguísticos próprios do papel de líder político, mas também regras do estilo monitorado da variedade urbana culta, que é notadamente o estilo de referência no evento.

8.1 O USO DE REGRAS LINGUÍSTICAS DA VARIEDADE URBANA CULTA

No que tange à concordância verbal, como já discutido, sabe-se que a concordância do verbo com o sujeito, é regra geral e produtiva da variedade urbana culta do português brasileiro. É preciso destacar, no entanto, que é também característica dessa variedade a simplificação do sistema flexional dos verbos. Desse modo, pode-se afirmar que dois dos quatro paradigmas de conjugação verbal apresentados por Mattos e Silva (2002) dizem respeito à variedade urbana culta monitorada: o paradigma de 4 pessoas e o paradigma de 3 pessoas, ambos provenientes, segundo Lucchesi (2006) do processo de substituição de pronomes pessoais no português brasileiro.

Nas elocuições dos três vereadores desse grupo, observa-se que há preferência pela utilização das regras de concordância verbo-nominal do paradigma de quatro pessoas



pronominais. Desse modo, sendo o sujeito de 1ª pessoa plural preferencial o pronome *nós*, tem-se que os verbos empregados concordam com o pronome, de modo a apresentar a desinência número-pessoal, como se pode vê nos exemplos a seguir:

(9) GAC: (...) É só entrar no saite da empresa e ver que ela está trabalhando com inúmeras câmaras e prefeituras, essa empresa... então, nós esperamos que faça o processo com a maior lisura possível, com transparência, é isso que nós esperamos. A intenção nossa é fazer jus àquele que se dedique, àquele que se esforce... Nós não temos aqui como satisfazer a vontade de todos, já que nós sabemos que só possui quatro vagas (...)

(10) AJRN: (...) Nós... vereadores da bancada pepista... tanto eu quanto NF quanto F... acompanhamos o prefeito pra tentar de já, de imediato, ainda esse ano... implantar essa indústria que possa ir valorizando essa atividade que é importante e que se associa também com o sisal. Eu queria dizer que nessa mesma data nós estivemos lá na SEINFRA... lá onde tá o nosso líder maior, nosso amigo JL, secretário de infraestrutura (...)

No que diz respeito à concordância verbo-nominal com a 2ª pessoa do plural, é preciso destacar que entre esses três vereadores há uma peculiaridade: o pronome *vocês* normalmente não é utilizado como índice de 2ª pessoa. Provavelmente como resultado de um esforço de adequação a um estilo mais monitorado, os interlocutores são tratados de modo cerimonioso, não importando se sejam eles os colegas vereadores ou os membros do auditório. Assim são empregados no lugar de *vocês*, os pronomes de tratamento *os senhores/ as senhoras*, como se pode verificar nestes trechos:

(11) WFRC: (...) os moradores daquela rua enfrentaram muitas dificuldades, senhor presidente, tiveram que sair de suas casas, senhor presidente, porque a água invadiu suas casas, senhor presidente... tá lá... eu estive lá agora de tardezinha.. espero que os senhores também passem... vão ver com seus próprios olhos a população é:: se atormentando com medo da chuva, senhor presidente (...).

Pode-se perceber em (11) que os verbos cujo sujeito é exatamente o índice de 2ª pessoa do plural *senhores* apresentam todos eles as marcas de pessoa, conformando-se, assim, à concordância própria da variedade urbana de prestígio.

No caso da concordância verbo-nominal com a 3ª pessoa do plural, verifica-se também uma grande preferência pelas formas correspondentes à variedade de prestígio, quais sejam: as que apresentam a desinência –m ou ditongo nasal. Assim, eles demonstram em suas elocuições uma preocupação constante em usar formas verbais plurais de 3ª pessoa quando o



sujeito é *eles/elas* ou sintagmas nominais equivalentes, como revelam os seguintes dados – que são exemplos de uma constante:

(12) WFRC: (...) não sei se é por isso que as pessoas que construíram suas casas ao redor dessa indústria estão sendo prejudicadas por mera perseguição política, senhor presidente, e nós não podemos aceitar isso, não podemos... lá se carrega caminhão, se carrega pra... de mantas, gera emprego, senhor presidente, traz renda pro município... e os caminhões chegam nas ruas e quebram as redes de esgoto (...)

(13) GAC: (...) Infelizmente essa emenda constitucional que os nossos parlamentares federais aprovaram em Brasília afetou sobretudo as câmaras do porte de São Domingos... mas temos que nos adequar, trabalhar com os pés no chão, dentro da realidade daquilo que temos como receita (...)

9. PERFIS SOCIOCULTURAIS E COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Quando se analisa a relação entre os perfis socioculturais dos nove participantes da Sessão Ordinária e suas habilidades de variação estilística – que integra a competência comunicativa de cada um deles – percebe-se que são os fatores *origem geográfica, nível de escolaridade e envolvimento em práticas letradas no cotidiano* os mais determinantes para a inclusão de cada um deles no grupo dos linguisticamente seguros ou dos linguisticamente inseguros. Em relação à origem geográfica, a questão mais relevante que se pode apontar é que cada uma das categorias construídas para os vereadores foi ocupada praticamente por completo por falantes com posicionamento comum no contínuo de urbanização. Na categoria da insegurança linguística, cinco dos seis membros têm origem rurbana. Na categoria da segurança linguística, dois dos três membros têm origem urbana. Os vereadores que em cada uma das categorias não compartilham da mesma origem geográfica dos demais – GVSA (urbana) e GAC (rurbano) - têm nos outros dois fatores a explicação para integrarem o grupo de que fazem parte.

Partindo do princípio de que o acesso e a incorporação da variedade urbana letrada têm grande influência do processo de escolarização, ou seja, do letramento escolar, pôde-se perceber que, em linhas gerais, mais anos de escolarização pode significar um domínio mais eficiente da variedade de prestígio, muito embora isso dependa da qualidade e efetividade desse letramento. Sendo assim, para a maioria dos vereadores que foram categorizados no grupo dos linguisticamente inseguros (ACF, EFL, EMD e EOC), o fato de não terem concluído a Educação Básica e, portanto, de terem tido um tempo menor de envolvimento com o letramento escolar, pode ser mais uma das explicações para seu desempenho



linguístico. Para os dois vereadores desse grupo que divergem dos demais nesse aspecto (FLSF tinha Ensino Médio Completo e GVSA, Ensino Superior Completo), o fator nível de escolaridade só pode ser considerado como explicação, na medida em que o letramento escolar a que tiveram acesso tenha sido para eles pouco eficiente. Em se tratando do grupo marcado pela segurança linguística, o eficiente desempenho na acomodação do seu estilo ao considerado apropriado no evento pode, por exemplo, ser explicado, a partir do fator escolarização, pela combinação de mais anos de escolaridade (Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto) e grande eficiência do letramento escolar.

O fator envolvimento em práticas letradas no cotidiano foi, por sua vez, o mais determinante para se explicar a inserção de cada um dos vereadores em um grupo ou outro. De modo geral, foi possível perceber que todos os líderes políticos que apresentaram dificuldades para viabilizar elocuições monitoradas na variedade urbana letrada foram aqueles cuja participação em práticas letradas no dia a dia era menor. Os que revelaram um maior engajamento nesse tipo de atividade em seu cotidiano, por seu turno, foram exatamente os que se mostraram seguros na implementação da variedade estilística considerada apropriada ao evento. Assim, pode-se dizer que as atividades de letramento social em que o participante se envolve - embora não isoladamente - têm considerável influência no desempenho de determinados papéis sociais típicos da cultura urbana e de letramento, como é o caso do de líder político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma cuidadosa análise dos dados aqui apresentados, depreende-se a existência de uma hierarquia entre os fatores socioculturais atribuídos aos nove vereadores na explicação do seu desempenho linguístico e de sua competência comunicativa, de modo geral. Observa-se, desse modo, que o fator *envolvimento em práticas letradas no cotidiano* mostrou-se como o mais importante, seguido do fator *origem geográfica* e do fator *escolaridade*. Nesse sentido, pode-se afirmar que o tipo de relação entre o letramento escolar e o letramento social é determinante para a efetividade do domínio da variedade urbana de prestígio, ou seja, é mesmo da combinação efetiva desses dois tipos de letramento que se constrói a competência comunicativa necessária para o desempenho do variado conjunto de papéis sociais que cada vez mais é colocado à disposição dos mais variados sujeitos.



O que a análise aqui empreendida é capaz de revelar de mais contundente é que não basta democratizar o acesso a domínios sociais outrora impenetráveis, a situações e eventos comunicativos nunca antes abertos à heterogeneidade, é preciso que ao mesmo tempo se democratizem também o acesso aos bens simbólicos – com destaque para a variedade de prestígio - que permitam a participação efetiva desses novos integrantes na cultura urbana e de letramento.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965.

GUMPERZ, J. The speech community. In: PRIDE, J. B; HOLMES, J. (org.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

_____. Sociolinguistics and communication in small groups. In: PRIDE, J. B; HOLMES, J. (org.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

HYMES, D. On Communicative competence. In: PRIDE, J. B; HOLMES, J. (org.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.



SAVILLE-TROIKE, M. *The ethnography of communication: an introduction*. 3. ed. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltda., 2003.

Data de recebimento: 26/08/2015

Data da aprovação: 23/08/2016